

ANEXO I

(a que se refere o artigo 1.º da Portaria n.º 1386/2004 de 10 de novembro)

Tabela de honorários para a proteção jurídica

			UR
Espécies	N.º UR	Valor	28,00 €
1 — Processo civil			
1.1 — Ação declarativa			
1.1.1 - Juízo Central Cível	58	1 624,00 €	
1.1.2 - Juízo Local Cível			
1.1.2.1 - Processo Comum	22	616,00 €	
1.1.2.2 - Processo Especial	18	504,00 €	
1.2 — Ação especial para cumprimento de obrigações pecuniárias	7	196,00 €	
1.3 — Ação executiva			
1.3.1 — Com dedução de oposição e ou liquidação	8	224,00 €	
1.3.2 — Sem dedução de oposição	5	140,00 €	
2 — Processo de trabalho			
2.1 — Ação declarativa			
2.1.1 - Processo Comum	21	588,00 €	
2.1.2 - Processo Especial	23	644,00 €	
2.2 — Ação executiva			
2.2.1 — Com dedução de oposição e ou liquidação	8	224,00 €	
2.2.2 — Sem dedução de oposição	5	140,00 €	
3 — Processo penal			
3.1 — Processo penal comum e especial:			
3.1.1 — Juízo Central Criminal	18	504,00 €	
3.1.2 — Juízo local criminal	12	336,00 €	
3.1.3 - Juízo de pequena instância criminal e processos sumários, sumaríssimos e abreviados tramitados no juízo local criminal	9	252,00 €	
3.2 — Inquérito (quando o processo termina nesta fase)	5	140,00 €	
3.3 - Instrução (quando o processo termina nesta fase)	8	224,00 €	
3.4 — Pedido/contestação de indemnização civil	5	140,00 €	
3.5 — Execução de pedido de indemnização civil			
3.5.1 — Com dedução de oposição e ou liquidação	8	224,00 €	
3.5.2 — Sem dedução de oposição	5	140,00 €	
4 — Processos de família e menores			
4.1 — Processos relativos ao estado civil das pessoas e família			
4.1.1 - Com audiência de julgamento	22	616,00 €	
4.1.2 - Sem audiência de julgamento	10	280,00 €	

4.2 — Processos relativos a menores e filhos maiores			
4.2.1 - Com audiência de julgamento	22	616,00 €	
4.2.2 - Sem audiência de julgamento	11	308,00 €	
4.2.3 - Incidentes	10	280,00 €	
4.3 — Processos em matéria tutelar educativa e de proteção			
4.3.1 - Com audiência de julgamento	22	616,00 €	
4.3.2 - Sem audiência de julgamento	11	308,00 €	
4.2.3 - Incidentes	10	280,00 €	
5 — Comércio			
5.1 - Processos de insolvência (já inclui a exoneração do passivo restante, incidentes, apensos e verificação ulterior de créditos quando representa o devedor)	15	420,00 €	
5.1.1 - Incidente de qualificação da insolvência	5	140,00 €	
5.1.2 - Apensos declarativos	12	336,00 €	
5.2 - Processos especiais de revitalização	18	504,00 €	
5.3 - Outros processos especiais	10	280,00 €	
6 — Tribunais de competência territorial alargada			
6.1 — Tribunal da propriedade intelectual			
6.1.1 — Ações declarativas no âmbito do direito autoral, direitos conexos e direitos de propriedade industrial e demais ações da sua competência	58	1 624,00 €	
6.1.2 — Ação executiva			
6.1.2.1 — Com dedução de oposição e ou liquidação	8	224,00 €	
6.1.2.2 — Sem dedução de oposição	5	140,00 €	
6.2 — Tribunal da concorrência, regulação e supervisão			
6.2.1 — Ações declarativas no âmbito do regime jurídico da concorrência e de indemnização pela sua infração	58	1 624,00 €	
6.2.2 — Ações executivas			
6.2.2.1 — Com dedução de oposição e ou liquidação	8	224,00 €	
6.2.2.2 — Sem dedução de oposição	5	140,00 €	
6.3 — Tribunal marítimo			
6.3.1 — Ações declarativas	58	1 624,00 €	
6.3.2 — Ações executivas			
6.3.2.1 — Com dedução de oposição e ou liquidação	8	224,00 €	
6.3.2.2 — Sem dedução de oposição	5	140,00 €	
6.4 — Tribunal de execução das penas			
6.4.1 — Processos no âmbito do Código de execução de penas em que seja legalmente obrigatória ou judicialmente determinada a assistência de advogado	8	224,00 €	
7 — Tribunais Administrativos e Fiscais			
7.1 — Administrativo			
7.1.1 — Ação Administrativa	30	840,00 €	
7.1.2 — Ação Administrativa Urgente	32	896,00 €	

7.1.3 — Ação executiva	26	728,00 €	
7.2 — Tributário			
7.2.1 — Impugnação judicial, intimação para um comportamento e ação para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	30	840,00 €	
7.2.2 — Contencioso da execução fiscal	15	420,00 €	
8 — Outros processos principais, cautelares e incidentes			
8.1 — Processos de intimação	10	280,00 €	
8.1.1 Intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	5	140,00 €	
8.1.2 - Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	10	280,00 €	
8.2 - Procedimentos cautelares	16	448,00 €	
8.3 - Impugnação das providências cautelares adotadas pela administração tributária	10	280,00 €	
8.4 - Impugnação judicial dos atos de apreensão de bens praticados pela administração tributária, meios processuais acessórios, processos da competência do Ministério Público previstos no DL n.º 272/2001, de 13/10	10	280,00 €	
8.5 - Processos no âmbito da lei de saúde mental	10	280,00 €	
8.6 — Incidentes processuais legalmente previstos em que o advogado tenha intervenção	10	280,00 €	
9 — Contraordenações			
9.1 — Junto de entidades administrativas	13	364,00 €	
9.2 — Impugnação das decisões de autoridades administrativas	13	364,00 €	
10 — Balcões			
10.1 — Balcão Nacional de Injunções			
10.1.1 — Injunção sem oposição	3	84,00 €	
10.2 — Balcão Nacional do Arrendamento			
10.2.1 — Fase injuntiva	3	84,00 €	
10.2.2 — Fase Judicial	10	280,00 €	
10.2.3 — Fase executiva			
10.2.3.1 — Com dedução de oposição e ou liquidação	8	224,00 €	
10.2.3.2— Sem dedução de oposição	5	140,00 €	
11 — Recursos			
11.1 — Ordinários			
11.1.1 - Da matéria de facto	10	280,00 €	
11.1.2 - Da matéria de Direito	9	252,00 €	
11.1.3 - Da matéria de facto e de Direito	14	392,00 €	
11.2 — Extraordinários	9	252,00 €	
11.3 — Reclamação para a conferência, reclamações contra o indeferimento, não admissão ou retenção do recurso, quando procedentes	8	224,00 €	

11.4 — Recurso para o Tribunal Constitucional	10	280,00 €	
12 — Outras intervenções de patrono ou defensor oficioso			
12.1 — Julgados de Paz e Arbitragem	10	280,00 €	
12.2 — Conservatórias			
12.2.1 — Registo Civil - processos de jurisdição voluntária - DL n.º 272/2001, de 13/10	10	280,00 €	
12.2.1.1 — Intervenção do tribunal judicial	5	140,00 €	
12.2.1.2 - Processos no âmbito dos arts. 274.º-A e 274.º-B do Código de Registo Civil	8	224,00 €	
12.2.2 — Registo predial - processo de justificação judicial	10	280,00 €	
12.2.2.1 — Intervenção do tribunal judicial	5	140,00 €	
12.2.3 — Registo comercial - Processo especial de retificação	10	280,00 €	
12.2.3.1 — Impugnação judicial	5	140,00 €	
12.3 — Notários		0,00 €	
12.3.1 — Inventário	15	420,00 €	
12.3.2 — Recurso recursos interpostos de decisões do notário	5	140,00 €	
12.4 — Recursos Hierárquicos necessários	8	224,00 €	
13 - Pela consulta jurídica para apreciação liminar da existência de fundamento legal da pretensão		48,00 €	
14 - Intervenção ocasional em ato ou diligência isolada do processo, designadamente em diligências deprecadas	4	112,00 €	
15 - Assistência a arguido preso ou junto de entidades policiais	5	140,00 €	
16 - Quando exista limitação da liberdade de movimento do beneficiário de apoio judiciário, por cada deslocação do patrono/defensor para conferência com o patrocinado, designadamente a estabelecimento prisional, hospital, centro educativo ou de acolhimento, com um máximo de três deslocações	4	112,00 €	
17 - Por cada presença, período da manhã ou da tarde, no âmbito das escalas de urgência, desde que não tenha sido efetuada qualquer diligência	4	112,00 €	
18 - Pela superação do litígio por transação no âmbito da consulta jurídica.	5	140,00 €	
19 - Pela especial complexidade do processo reconhecida pelo tribunal	Art. 5.º		
20 - Audição dos sujeitos processuais, após o trânsito em julgado da decisão final, sempre que o profissional forense nomeado registe atividade processual.	3	84,00 €	